

ÉTICA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO NA ESCOLA

*Omaize da Cruz Mendes**

Resumo

O presente artigo visa abordar a ética na educação. Nossa finalidade foi de aprofundar as etapas ou processos fundamentais por meio dos quais a ética se adaptar como prática realizada nos contextos educacionais. Tais reflexões serão abordadas neste estudo, bem como dar subsídios teóricos e metodológicos para a formação de indivíduos éticos aptos para a concretização da plena cidadania e do convívio em sociedade.

Palavras-chave: Ética, Educação, Sociedade.

*Mestranda em Educação da faculdade Sapiens

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir e contribuir a ética na educação, diante das perspectivas de integração na escola. Como ponto de partida, associando elementos teóricos e informações históricas, será estabelecida uma noção básica de ética na Educação.

É evidente que nessa colocação sintética presentes aos estudos, as reflexões e as convicções do autor, que invoca em seu favor umas intensas formas peculiares de viver e elaborar princípios e regras que regulam seu comportamento. Esses princípios e regras específicos, em seu conjunto, indicam direitos, obrigações e deveres. Não há valores em si, mas sim propriedades atribuídas à realidade pelos seres humanos, a partir das relações que estabelecem entre si e com a realidade, transformando continuamente.

No Brasil, na década de 80 e, em particular, a de 90 testemunharam mudanças vertiginosas no que se refere à estruturação da vida social, à ordenação do cotidiano das pessoas. Com a lenta e gradual democratização das instituições, que culminou com a solidificação do processo eleitoral em todos os níveis de representação política, viu-se nascer

igualmente novas formas de organização no interior das diferentes instituições sociais, antes amalgamadas de acordo com uma espécie de padrão dominante e estável de funcionamento.

A cultura pedagógica brasileira trata os assuntos relacionados à ética de forma muito difusa, como tema transversal consubstanciado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS). No entanto, a prática a que se refere à ética é uma realidade prévia que deveria estar implícita e explícita nos comportamentos humanos, sejam eles didáticos, pedagógicos, políticos, administrativos ou econômicos. Haja vista, que os pilares da educação e da formação cidadã do terceiro milênio, estão assentados em princípios éticos.

Na escola, o tema ética encontra-se em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição, alunos, professores, funcionários e pais. Em segundo lugar, o tema ética encontra-se nas disciplinas do currículo, uma vez que, sabe-se, o conhecimento não é neutro, nem impermeável a valores de todo tipo, a reflexão sobre as diversas faces parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação para cidadania (BRASIL, 1997, P.26)

De modo recente, desde a promulgação de LDB, nº 9.394/96, tem-se percebido esforços de renovação do processo de ensino aprendizagem, nos ambientes escolares. Percebe-se a busca incessante de superação dos métodos tradicionais de ensino, de transmissão e absorção de conhecimentos, privilegiando aspectos formativos em detrimento de aspectos informativos.

2 CONCEITO DE ÉTICA

A palavra ética é de origem derivada de Ethos, que diz respeito ao costume, aos hábitos dos homens. Teria sido traduzida em latim por mos ou mores (no plural), sendo essa origem da palavra moral. Uma das partes da filosofia (e também pertinente às ciências sociais) que lida com compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual. Em outras palavras, trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo como um âmbito individual.

A ética seria uma reflexão acerca da influência que o código moral estabelecido exerce sobre a nossa subjetividade, e acerca de como lidamos com essas prescrições de conduta, só aceitamos de forma integral ou não esses valores normativos e, dessa forma, até que ponto nos dá o efetivo valor a tais valores.

Segundo alguns filósofos, nossas vontades e nossos desejos poderiam ser vistos como um barco a deriva, o qual sugere um caráter de inconstância, tomaria a vida social impossível se nós não tivéssemos alguns valores que permitissem nossa vida em comum, pois teríamos um verdadeiro caos. Logo, é necessário educar nossa vontade, recebendo uma educação (formação) racional, para que dessa forma possamos escolher de forma acertada entre o justo e o injusto, entre o certo e o errado.

No decorrer da história do pensamento a ética se tornou cada vez mais um assunto rico, complexo e abrangente. Com a expansão da filosofia, e em especial o pensamento sobre a ação, foi preciso distinguir os termos ética e moral. No século XX, o filósofo espanhol, Adolfo Sánches Vásques cria uma famosa diferenciação entre os dois conceitos. Para ele o termo moral se refere a uma reflexão que a pessoa faz de sua própria ação. Já o termo ética abrange o estudo dos discursos morais, bem como os critérios de escolha para valorizar e padronizar as condutas numa família, empresa ou sociedade.

Entretanto, é preciso ser claro que a busca de uma educação marcada por aspectos éticos nunca se dará de uma forma absoluta e completa, como já foi dito anteriormente. Estamos sempre tratando da condição humana que, naturalmente, é marcada pela imperfectibilidade e pela incompletude. De sorte que se impõe a ideia de se buscar uma educação em que os aspectos éticos estejam presentes.

Contudo, isto será de uma forma incompleta e imperfeita. Por isso, haveremos de falar não na impossibilidade absoluta de haver uma educação sem ética, mas de uma busca de aproximação entre ambas. Porém, sabe-se que a justa medida será sujeita a tantas variáveis quantas são as relações humanas isto quer dizer, serão infinitas as interveniências na construção de uma educação ética.

O ideal será sempre algo a ser atingido e nunca algo dado de forma acabada e perfeita. Perseguiremos, portanto, os múltiplos caminhos que aprontam para uma aproximação entre a educação e a ética, sem podermos quantificar os seus limites.

3 ÉTICA E MORAL

Diferenciá-los encaminha o entendimento para os seus significados específicos, embora não haja sempre um consenso entre os autores a respeito desta questão. Vasques (1978), a ética se refere a uma postura reflexiva sobre as questões dos valores e princípios, enquanto a moral se refere à expressão normativa resultante deste esclarecimento. A primeira se refere a questões teóricas e a segunda a questões práticas. Uma, porém, está contida na outra e ambas não se excluem mutuamente, justas constituindo a práxis axiológica.

Tanto a reflexão sobre os princípios quanto as normas que os aplicam, são importantes para orientar o comportamento humano. Submeter-se a uma norma, simplesmente porque ela é imposta, despersonalizar e massifica. A afirmação de sujeitos livres e autônomos exige uma compreensão ética que constrói a capacidade de tomar decisões e de agir com responsabilidade.

Conforme Baptista (2005, p.23), sensibilidade, prudência, solicitude ou bondade, são marcas de uma ação ética investida e que requerem o exercício pessoal de uma consciência crítica. O exercício ético resulta de uma prática filosófica que desinstala, inquieta e rompe com toda a sorte de dogmatismos. A permanente reflexão crítica leva a salvaguardar a liberação individual e coletiva de submissões escusas e de manipulações indignas.

Vimos a educação em sua função socializadora, mas é importante verificarmos que a educação também possui, junto com outras instituições sócias, a função de realizar o controle social. Não podemos separar a educação dessa função, sendo que o controle social se encontra sempre relacionado com uma forma disciplinar de reger as condutas, que vem a garantir a permanência e a sobrevivência às sociedades.

Nos grupos sócias, existe algum tipo de controle, que pode ser de caráter individual ou de caráter social, pois não podemos viver numa sociedade sem qualquer forma de controle, na medida em que ninguém saberia ao certo o seu padrão adequado do comportamento, a norma de conduta a seguir assim por diante. Não é possível viver em uma sociedade sem que existam formas de controle, pois este mesmo controle rege nossa conduta estabelecem repertórios de ações individuais e coletivas e padrões sócias de comportamento que nos permite circular com certa segurança no meio social, no exercício de nossos papéis sócias.

Os padrões sócios de comportamento, ou padrões de comportamento, podem ser entendidas enquanto “regularidades”, que são impostas pela sociedade para todos os indivíduos e determinantes as condutas dos indivíduos e dos grupos, estabelecidas pelos padrões culturais. Segundo Oliveira¹¹, a educação tem por finalidade a justa os educados aos padrões culturais vigentes. Esse processo de adequação que os educados sejam capazes de estar integrados na sociedade de acordo com o próprio desenvolvimento cultural. É assim que a sociedade se mantém ordem.

Temos em sociedade elementos formais e elementos informais de controle social. Comparando o direito com educação, podemos entender o direito enquanto elemento formal de controle social, uma vez que suas formas e regras se encontram no campo do obrigatório, não sendo, portanto, facultativas.

A educação pode ser considerada enquanto elemento informal de controle social, visto que nela se encontram presentes elementos que se inserem no campo do facultativo, no campo da cultura. Saliemos, porém, que, mesmo no campo do facultativo, encontramos determinações que estabelecem condutas e padrões comportamentais aceitos socialmente. Nesse sentido, deve ficar entendido que o conjunto de normas e de regras, fazendo com que ele se adapte ao meio social. Reiteramos que a educação possui esta função social: a preparação dos indivíduos para se adequarem ao sistema. Assim, as normas e as regras sócias exercem papel norteador das condutas, permitindo a construção de repertórios específicos de ações individuais e coletivas.

4 ÉTICA DA AÇÃO EDUCATIVA

Todos têm direitos e deveres no meio em que vivem. Cabe a escola questionar como eles se apresentam. Até que ponto a comunidade onde se está inserido não está abnegando estes direitos cada um cumpre com os seus deveres.

Kant nos fornece uma primeira aproximação conceitual para que sejam elaborados novos níveis de argumentos. Segundo o autor em certo momento, que o “homem é a única criatura que precisa ser educada”.

Pois bem, esse enunciado nos convida a um diálogo com o autor. A proposição é uma assertiva sobre a educação e a sua relação com o ser humano é assumida como princípio fundamental. Isto é, a educação é necessária para que o ser humano seja constituído. O homem não se define como tal no próprio ato de seu transformar, se recriar como ser humano. Esse ser deverá incorporar uma natureza em tudo distinta das outras criaturas.

Assim como não se deve esperar que objeto escultural aparecesse de modo espontâneo, também não se deve esperar que o ser humano seja fruto de um processo de auto – criação. É ainda Kant (1993, p. 69) quem reafirma que “o homem não pode se tornar homem senão pela educação”.

O ser humano é um ser livre em relação ao mundo circundante na medida em que o mundo é produto de sua linguagem. Homem e o mundo são partes de uma relação, mas estabelecer correlações, valores, antever experiências, avaliar, fixar, repetir ou evitar o que considera positivo ou negativo (bom e mau, bonito, feio, agradável, desagradável), enfim, desenvolver as potencialidades da sensibilidade e da memória.

O desenvolvimento do diploma universitário das escolas de comércio e engenharia, e o clamor universal pela criação dos certificados educacionais em todos os campos levam à formação de uma camada privilegiada nos escritórios e repartições. Esses certificados apoiam as pretensões de seus portadores de intermatrimônios com famílias notáveis (nos escritórios comerciais as pessoas esperam naturalmente a preferência em relação à filha do chefe), as pretensões de serem admitidos em círculos que seguem “condições de honra”, pretensões de remuneração pelo trabalho realizado, pretensões de progresso garantido e de pensões na velhice e, acima de tudo, pretensões de monopolizar cargos sócias e economicamente vantajosas.

Quando ouvimos de todos os lados a exigência de uma adoção de currículos regulares e exames especiais, a razão para isso é, decerto, não uma “sede de educação” surgida subitamente, mas o desejo de restringir a oferta dessas posições e de sua monopolização pelos donos dos títulos educacionais.

Como a educação necessária à aquisição do título exige despesas consideráveis e um período de espera de remuneração plena, essa luta significa um recuo para o talento (carisma) e favor da riqueza, pois os custos “intelectuais” dos certificados de educação são sempre baixos, e com o crescente volume desses certificados os custos intelectuais não aumentam, mas decrescem [...]. Por trás de todas as discussões atuais sobre as bases do sistema educacional, se oculta em algum aspecto mais decisivo a luta dos “especialistas” contra o tipo mais antigo de “homem culto”.

Essa luta é determinada pela extensão irresistível da burocratização de todas as relações públicas e privadas de autoridade e pela crescente importância dos peritos e do conhecimento especializado. Essa luta está presente em todas as questões culturais íntimas.

5 ÉTICA PERSPECTIVA E INTEGRAÇÃO NA ESCOLA

Numa sociedade no qual prevalecem grandes desigualdades sociais e econômicas, os atores sociais mais qualificados educacionalmente têm maior acesso às informações divulgadas socialmente, o que pode propiciar a estes distinguir os significados das mudanças sociais e políticas e a que propostos elas servem.

A educação requer uma educação para a cidadania, sendo assim, se constitui em parte integrante do processo de conscientização com vistas a uma participação efetiva na construção de uma sociedade genuinamente democrática.

Esta educação exige à informação, o debate, a reflexão dialógica e coletiva, a partir das condições de vida e trabalho dos atores sociais. Marx assinala para a necessidade desta ação-práxis, quando se refere ao papel dos filósofos, podendo se estender a todos os cidadãos: “Os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras, do que se trata porém é de transformá-lo” (Marx, 1987:97).

Ressalta-se, que em toda ação educativa, interagem diferentes graus de consciência e visões de mundo, o que pode determinar comportamentos de subordinação às concepções ideológicas dominantes ou ainda de apatia em relação a estas, assim como comportamentos de transgressão a essas concepções.

A educação pode contribuir para a percepção dos fatos e fenômenos sociais na sua essência e para uma concepção de mundo transformadora, na medida em que possibilita o confronto entre a teoria, o conhecimento, prática, realidade. Este fato reflete-se tanto no senso comum. Os particularismos, as especializações, os individualismos são reflexos desta visão fragmentada.

Dessa forma, tornam-se relevantes os estudos das representações sociais oriundas do senso comum. Uma das teorias que se destacam, na compreensão da dinâmica das interações sociais é na análise dos determinantes das práticas sociais, e de representações sociais.

A educação continua sendo uma preparação para vida, já que há muito ela deixou de ser própria vida que se elabora e evolui integral e dinamicamente. A consciência dos profissionais da educação de serem trabalhadores assalariados como outro trabalhador qualquer parece surgir muito lentamente por força de sua absoluta baixa autoestima, seguida de uma autoimagem sofrível. O mal-estar da docência se generaliza.

Qualquer profissional pode cobrar muito bem por um serviço prestado. O médico pode cobrar regamente uma visita ou uma consulta. O encanador faz o preço de seu conserto ou instalação sem constrangimento. O professor se sente vexado em dizer o quanto custa sua palestra ou o que quer ganhar por uma aula; e quem contrata seus préstimos não se sente na

obrigação de remunerá-lo, pois foi *apenas uma fala de duas horas*. Ao convidar o professor, já se espera que este não cobra nada pelos seus serviços.

Como educado não se vê como um trabalhador comum, digno e necessitado de um salário justo, também a mobilização da classe é difícil e lenta. A atitude da maioria ainda é como se seu trabalho fosse um *bico* e, portanto, nada se precisa reivindicar. Os sindicatos se enfraquecem, as associações ficam ao cargo e encargo de alguns poucos abnegados, que arriscam se expor diante dos patrões e a serem visados daí para diante.

A gama de problemas educacionais crônicos -contradições internas e externas- até hoje, em pleno andar do século XXI, marcado pela tecnicização globalizada, é imensa e denuncia por todo o lado a dificuldade de se enraizar uma prática educativa que, de fato, viabilize um novo ser humano e uma nova sociedade. As dificuldades se apresentam antes, durante e depois do ingresso no sistema educacional formal.

Antes, porque um número imenso de brasileiros ainda não consegue sequer entrar em uma escola e /ou, tão longo nela ingressam, acabam por se evadir; durante, pelo funil em que ela se transforma, peneirando e eliminando sempre os menos privilegiados e pela inadequação dos propostos que faz; depois, pelos poucos resultados efetivo que produz. A convicção de que a escolarização é um dos principais meios de inclusão social, vai desmoronando rapidamente e a desilusão educacional vai se tornando generalizada. Muitas vezes, este educando pagou um produto caro e, com a sua certificação, pouco consegue num mercado excludente, extremamente competitivo e onde, de fato, não existe lugar para todos.

Esta tarefa, deste modo, jamais poderá ser algo isolado. Será sempre uma ação coletiva. Também como o ser humano não nasce pronto, ele não nasce com um programa pré-determinado e tampouco sabendo como realizá-lo. Sua travessia será um contínuo e permanente aprender a ser. Esta aprendizagem se fará de maneira informal e forma. Ele estará sempre experimentando, errando e acertando.

Todos os momentos de sua vida serão inovadores, marcados por avanços e recuos. Nesta dinâmica da vida, entra a educação formal, institucionalizada como meio especial de aprendizagem. Assim, a educação será a permanente tarefa do aprender a viver. E a vida plena será tanto mais possível quanto puder ser balizada pela dimensão ética.

As relações educacionais não se encontram imunes às determinações presentes na estrutura de poder vigente no contexto das sociedades são resultado do poder econômico e do poder político que se encontram estabelecidos no próprio contexto da estrutura social. Pensar os processos educacionais é fundamentalmente considerar esses aspectos, na medida em que a educação não está imune aos determinantes de poder presente no contexto social envolvente.

Não podemos pensar os processos educativos, sem exercer uma análise acerca das estruturas de poder vigentes no contexto da sociedade. O que temos hoje? Uma sociedade capitalista, globalizada, excludente e a presença de uma concepção de Estado que esta minimizando cada vez mais sua participação no contexto social de supridor das garantias de benefícios sócias, principalmente aos segmentos subalternos da sociedade. Nesse sentido, entendemos que a as relações de poder e de força, principalmente considerando-se a instituição

do Estado, agudizam-se, notadamente no campo da estrutura econômica. Os processos educativos se ressentem dessa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os paradoxos do mundo em que vivemos e as ambiguidades e contradições comportamentais se revelam constantemente e todos os momentos de nosso cotidiano. Desta perda de pontos de referência éticos resulta uma perplexidade e uma desorientação generalização no que diz respeito à quase todas as ações humanas. A quebra de paradigmas tradicionais não significou uma classificação ética ao natural.

Os valores que, no passado, davam segurança para gerir os comportamentos, sofreram profundos questionamentos e resultaram em transformações radicais. Todavia nada se colocou em seus lugares e o vazio ético se aprofundou de tal maneira que o relativismo lançou as pessoas numa desorientação precipitante. Isto se revela em todos os aspectos da vida, nas práticas econômicas e políticas, nas relações interpessoais, nas expressões da espiritualidade, nos comportamentos afetivos e sexuais, enfim, uma verdadeira revolução dos costumes se verifica em todos os setores da vida humana e em todas as partes do mundo.

Buscar a aproximação entre a educação e a ética e condição de garantia de um futuro melhor para o planeta e para toda a humanidade. É esta esperançosa visão do futuro que iluminará a construção da utopia de um mundo melhor. Isto só será possível se os protagonistas deste amanhã a ser construído forem temperados eticamente. A formação de um ser humano resultará de uma prática educativa em que todos os valores lhe serão passados como moldes a serem assimilados e por ele incorporados como novas maneiras de ser e de viver. Sabemos que a escola e a educação que nela exerce não serão as únicas forças responsáveis pela construção desta utopia que buscamos.

Entretanto, esta reflexão parte de um educador que pensa a sua prática cotidiana exercida nos espaços em que se movimenta. Porém, se algumas ideias aqui refletidas colaboram para que se possa ao menos sonhar com mundo melhor, não obstante, a sua incompletude, seus objetivos já serão considerados como atingidos.

O produto da ação educativa será homens e mulheres livres, responsáveis, competentes e autônomos. Estas características identificam seres humanos marcados e comprometidos com valores éticos. A tarefa educativa não poderá ser reduzida a uma preparação técnica apenas, mas terá que mobilizar o ser humano inteiro.

Enquanto se verificam as exigências corporativistas impondo planos pedagógicos que excluem qualquer formação humana em favor da exclusiva especificação tecnológica, urge a recuperação da inclusão de um currículo que integre a busca do conhecimento e das habilidades práticas com os valores da convivência e da construção da totalidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

VÁSQUES, Adolfo Sánchez, **Ética**. 3. Ed. Rio de Janeiro: 1978.

BAPTISTA, Isabel. **Dar Rosto ao Futuro**: a educação como compromisso ético Porto: Profedições, 2005.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n ° 9.394/96**. São Paulo. Editora do Brasil S/A, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais** apresentação dos temas transversais, ética. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

KANT, I. “Resposta a pergunta: **Que é esclarecimento**”? In: Textos Seletos, Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. Reflexions sur L'Education. Introduction, traduction et notes par Alexis Philonenko. Paris: Librairie Philoraplique J. Vrin, 1993.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.